

**Marcos Cezar de Freitas**  
organizador

# **História Social da Infância no Brasil**

**Carlos Monarcha •  
Fúlvia Rosemberg •  
Gilberta Jannuzzi • Ivan Russeff  
• José Geraldo Silveira Bueno  
• Maria Luiza Marcilio •  
Marisa Lajolo • Mariza Corrêa •  
Marta M. Chagas de Carvalho •  
Miriam L. Moreira Leite •  
Mirian Jorge Warde**

 **CORTEZ  
EDITORA**



## Apresentação

### *Para uma sociologia histórica da infância no Brasil*

Marcos Cezar de Freitas

Coordenar o Núcleo de Estudos Avançados em História Social da Infância tem exigido um esforço contínuo no sentido de “mapear” a produção acadêmica a respeito do tema. Para além desse “mapeamento” um outro empenho sobreleva-se, qual seja, o de organizar com rigorosos critérios arquivísticos fontes primárias para o estudo multidisciplinar da história da infância no Brasil.

Nos dois movimentos, reiteradas vezes tenho percebido a profusão de imagens acerca da infância em documentos, *papers*, *surveys*, dissertações, teses etc., construídas a partir de pareceres que são apresentados à sociedade escorados em dois tipos básicos de autoridade argumentativa. Há uma recorrência aos argumentos proporcionados pelas leituras que as ciências produzem sobre a infância e aos argumentos que decorrem das apreciações oficiais, sejam essas governamentais, supragovernamentais ou não governamentais.

As análises acerca da infância proporcionadas pelos organismos governamentais e supragovernamentais, como o UNICEF, por exemplo, têm oferecido dados alarmantes sobre a situação geral da criança no planeta e atestado a grande dificuldade operacional que acompanha as instituições diretamente relacionadas ao bem-estar infantil, como a escola e a saúde públicas.

Se fôssemos arriscar uma visão panorâmica do século XX através de tais documentos, com suas variáveis descritivas, normativas e ideológicas, poderíamos sinalizar o seguinte dado: as carências infantis de toda ordem têm sido associadas a uma questão maior que é a do desenvolvimento econômico (em muitos casos de tipo industrial) reconhecido como “chave” para a solução de tais problemas.<sup>1</sup>

Ao compararmos documentos separados cronologicamente e produzidos em circunstâncias diferentes encontramos uma unidade interpretativa interessante. Por exemplo: a leitura do recenseamento escolar apresentado por Sampaio Dória em 1921; ou as considerações sobre a criança favelada e a escola pública nas publicações do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais em 1959; ou o Relatório do UNICEF de 1964 que tratava da *Infância dos países em desenvolvimento*; ou o relatório do mesmo organismo sobre *A situação mundial da infância em 1995*, revelam um século vazado pela idéia de que o desenvolvimento econômico é uma política preventiva global contra o desamparo da infância.

A procedência ou não do caráter preventivo que o desenvolvimento econômico possuiria não será aqui abordada. Um dossiê especificamente organizado sobre o tema está sendo urdido. Contudo, faço menção a esse tópico para salientar que a infância como *questão pública*, assim como a escola e a saúde etc., cada vez mais tem sido considerada um dado subordinado ao tema desenvolvimento, de modo que, ao se considerar que os poderes governamentais estão incapacitados para gerir e fomentar o desenvolvimento econômico, retira-se, paulatinamente, dos mesmos poderes a obrigação de pensar aqueles temas como *questão de Estado*. A meu ver, isso é um risco à civilização ou, para dizer de outra forma, um alimento substancioso à barbárie.

Se isso, evidentemente, não é ocasionado pela produção dos citados documentos analíticos, que se prestam ao trabalho de avaliar (bem ou mal) a situação da infância no Brasil e no mundo, inúmeras vezes o espectro argumentativo em torno da presença ou não do

1. O UNICEF pronunciou-se a respeito emitindo a seguinte opinião: “Os esforços em favor da realização das metas de desenvolvimento social fazem parte da luta histórica pela superação de interesses particulares e pela reestruturação das sociedades segundo os interesses da maioria, ao invés da minoria. A finalização desta revolução constitui o empreendimento inacabado do século XX”, UNICEF, 1995, p. 52.

poder governamental nas políticas para a infância revela a força que acompanha os documentos dessa natureza. Os mesmos são solicitados a orientar a leitura histórica acerca do tema em tela e a amparar decisões políticas importantes.

Não é arriscado dizer que a história social da infância no Brasil é também a história da retirada gradual da questão social infantil (com seus corolários educacionais, sanitaristas etc.) do universo de abrangência das *questões de Estado*.

Mas, como disse, isso tudo será abordado num momento específico. Aqui nos ocuparemos do estudo sobre *fontes* para uma história da infância. Na realidade, para além da questão das fontes, esta coletânea ocupa-se, principalmente, com o registro e a discussão sobre algumas *imagens* que se cristalizaram historicamente sobre a infância.

A necessidade de sistematizar um estudo a respeito nasceu do próprio trabalho institucional que acompanha a estruturação do Núcleo de Estudos Avançados em História Social da Infância.<sup>2</sup> A convivência com fontes primárias originadas em processos do Poder Judiciário tem revelado, no que toca à infância,<sup>3</sup> uma recorrência constante aos dados produzidos em documentos como os que citamos acima e aos argumentos teóricos que são frutos das investigações acadêmicas.

A criança que se torna sujeito de um processo, qualquer que seja sua natureza jurídica ou o objeto em debate, é apresentada com as práticas narrativas e discursivas do psicólogo, do médico, do jurista, do pedagogo, do assistente social, do sociólogo etc. Seu comportamento, ou a expectativa sobre seu futuro tornam-se, em centenas de processos, subordinados às considerações expressas naquelas fontes de estudo. Tais fontes operam com imagens sobre a infância que, se acompanhadas do início ao fim dos processos, revelam em muitos casos uma “fantasmagórica” autonomia em relação ao ser social representado na imagem outorgada pelo argumento científico, solicitado pelo advogado ou pelo promotor.

2. O Núcleo associa suas atividades ao Arquivo Histórico do Centro de Memória Regional do IFAN que, entre outras fontes documentais, organiza, descreve e arranja um “Arquivo Poder Judiciário” que abriga processos crimes e processos cíveis da Comarca desde o século XVIII até 1960.

3. Não exclusivamente, mas extensivo à mulher, ao negro, ao desempregado etc.

Isso revela que ao “vasculhar” os arquivos do Poder Judiciário, como fonte primária fundamental ao estudo de qualquer sociedade, é necessário ao estudioso a interlocução com as ciências que têm em seu bojo, necessariamente, o tema infância.

Ora, este primeiro volume<sup>4</sup> tem o objetivo de oferecer aos estudiosos da infância no Brasil uma cartografia das representações sobre a criança, trazendo ao debate interlocutores de diversas matrizes investigativas; “fornecedores” que abalizam imagens e diagnósticos sobre o tema.

Essas fontes primárias reproduzem concepções de normalidade e anormalidade; educação e higienização; assistencialismo e pedagogia que não lhes são inatas; são, na realidade, o produto da assimilação funcional dos resultados produzidos no âmbito investigativo das ciências humanas e biomédicas. As mesmas fontes têm, em suas milhares de páginas, expressões literárias sobre a criança que, muitas vezes, surgem para amenizar os receituários sobre a educação infantil nos quais a pedagogia está subordinada à psicologia e esta à assistência social.

O “rastreamento” da história da infância nas fontes primárias e nas secundárias tem encarecido a travessia de um labirinto no qual as disciplinas e os territórios epistemológicos estão demarcados. O tema infância, nesse percurso, consegue rasgar fronteiras, mas paga o tributo de emergir daquelas disciplinas e apresentar-se ao senso comum em situação subordinada, à mercê das “palavras e das coisas”.

Solicitamos portanto a diversos pesquisadores uma contribuição para que pudéssemos compor a muitas mãos uma história social da infância no Brasil, tomando por eixo temático deste primeiro volume a criança no âmbito de variadas frentes de investigação e debate.

Miriam Lifchitz Moreira Leite, Maria Luiza Marcílio, Mariza Corrêa, Carlos Monarcha, Fúlvia Rosemberg, José Geraldo Silveira Bueno, Gilberta Jannuzzi, Marisa Lajolo, Ivan Russeff, Marta Maria Chagas de Carvalho e Mirian Jorge Warde, pela ordem de apresentação, foram convidados a opinar em suas respectivas áreas de atuação.

A cada pesquisador solicitou-se uma abordagem especial. O objetivo consistiu em fazer com que cada um aprofundasse questões

4. O segundo tratará o dossiê referido anteriormente.

provocadas no âmbito das fontes primárias com que convive o Núcleo de Estudos Avançados em História Social da Infância, no caso, as fontes do Fundo Poder Judiciário dos séculos XVIII, XIX e XX.

Os documentos mais antigos, por vezes, expressam opiniões sobre a infância como se os observadores do cotidiano das cidades da região fossem comentadores “de fora”, alienígenas; estrangeiros porque portadores de uma capacidade narrativa impregnada de impressões estéticas recolhidas em centros maiores do que a Vila, então nascente.

Miriam L. Moreira Leite foi convidada a apresentar A infância no século XIX a partir da memória dos viajantes. Nesse sentido, sua abordagem oferece um roteiro metodológico que constrói sua própria narrativa a partir de documentos organizados de forma a apresentarem *per se* o roteiro da historiadora.

As questões relacionadas à assistência à infância estatisticamente são as mais densas. No corpo de um processo o jurista abre interlocuções variadas em que são chamadas as responsabilidades acerca da tutela sobre a infância, e o Estado é conclamado a definir-se a respeito.

Para que pudéssemos perceber a longevidade e as multiformas dessa discussão solicitamos a Maria Luiza Marcílio um relato histórico sobre uma das mais duradouras instituições de assistência à infância: A Roda dos Expostos que recolheu crianças abandonadas desde 1726 até 1950 (!). A história da Roda dos Expostos é também um dos mais longos capítulos da História da Assistência Social no Brasil.

A assistência à infância em determinado momento torna-se o amparo ao *menor*, e os cuidados a este uma demanda da Medicina Legal. É o que nos revela a contribuição de Mariza Corrêa, na qual, através de um estudo de caso — A cidade de menores: uma utopia dos anos trinta —, percebe-se a subordinação das representações sobre a criança às práticas taxonômicas da patologia; da medicina legal e da retórica que advoga a reclusão, mesmo que numa cidade utópica, como pedagogia da disciplina e do “bem-estar” do menor.

Aliás, a investigação sobre os espaços físicos idealizados para a infância requer atenção especial. O advento da República, nesse sentido, ensejou uma revalorização da infância, uma vez que o imaginário republicano reiterava de diversas maneiras a imagem da criança como herdeira do novo regime que se instalava. O estudo

sobre a arquitetura escolar republicana, de forma singular, pode oferecer subsídios à percepção histórica acerca da associação entre as representações que acompanhavam a infância e a gestão da sociedade burguesa que se autoprotetava como empreendedora e remodeladora dos espaços urbanos. Em decorrência das amplas possibilidades que o tema sugere, solicitamos a *Carlos Monarcha* uma intervenção a respeito. O autor, então, comparece a esta coletânea discutindo A arquitetura escolar republicana: a Escola Normal da Praça e a construção de uma imagem de criança.

Avançando no tempo, com o transcorrer do século XX, especialmente a partir dos anos 50, não são poucas as vezes nas quais o discurso sobre o menor (infrator, abandonado, tutelado etc) passa a ser acompanhado da referência estatística à situação da infância em geral, e de recomendações institucionais acerca da necessidade de políticas públicas sobre a infância produzidas por organismos internacionais. Como, no bojo de muitas considerações, os “espaços públicos” para a infância tornaram-se objeto de contendas, pedimos a opinião de *Fúlvia Rosemberg* a respeito.

Por intermédio de um estudo sobre a LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional, a autora comenta “o bombardeio de assessorias e recomendações de organismos governamentais e intergovernamentais”. Focalizando o regime ditatorial instalado em 1964, a história das políticas sociais e reprodutivas despontam, no estudo em tela, marcadas pelo crivo do autoritarismo.

A criminalidade infantil costuma ser acompanhada de conclusões nas quais, muitas vezes, destacam-se para o debate os temas *normalidade* e *anormalidade*. A tendência à desqualificação do indivíduo considerado anormal é diretamente proporcional à grande influência que teorias preconceituosas sobre *patologia social* exercem, desde o século XIX, no meio jurídico. Em razão dessa constatação abrimos, nesta coletânea, dois espaços para colocar o tema em discussão.

A *José Geraldo Silveira Bueno* encarecemos a abordagem histórica sobre a anormalidade como situação concreta, como objeto e resultado da relação entre os homens. Sendo assim, o autor conduziu o debate à História Social da Doença na qual tornam-se mais evidentes as imagens de deficiência que ratificam o perfil do portador de “anormalidades” como incapaz, pelo que se desconsidera qualquer relação entre o mesmo e o meio em que vive.

Como inúmeras vezes os relatos sobre a “anormalidade” surgem acompanhados de reivindicações ao Estado para que se posicione

no que toca ao “amparo ao anormal”, e como tal amparo ao ser solicitado traz nas entrelinhas um chamado à educação para a recuperação ou readaptação do deficiente à sociedade, encomendamos a *Gilberta Jannuzzi* um Balanço sobre a Educação Especial no Brasil. Através dele, a autora associa ao debate em curso o papel que têm assumido temas como *público x privado*; políticas sociais e educacionais e o espaço ocupado pelas Organizações Não Governamentais.

Quando esta publicação foi idealizada, uma outra tarefa de monta apresentou-se. Colocar em tela uma História Social da Infância exigiu, para além dos temas já aqui anunciados, buscar outras abordagens que pudessem oferecer ao pesquisador sobre a infância uma aproximação em relação a alguns “redutos” privilegiados de representações acerca da criança. Foi preciso, então, trazer ao trabalho a criança na literatura; na estética lobatiana; nas práticas discursivas educacionais e na psicologia.

*Marisa Lajolo* no texto *Infância de papel e tinta* organizou uma “viagem” através da literatura, reunindo “desencontradas posições discursivas” sobre a criança no universo literário brasileiro “como quem percorre um álbum de família”. Da imagem idílica do passado ao rosto desconfiado do pivete recuperado por Buarque de Holanda, a autora responde com Mário de Andrade porque “piá sofre e sofre muito”, epígrafe que abriu e concluiu suas reflexões.

*Ivan Russeff* foi convidado a opinar a respeito do legado de Monteiro Lobato às concepções educacionais e estéticas sobre a criança brasileira. Lobato, interlocutor constante de toda uma geração de expressivos educadores, no Brasil, cristalizou em seus textos mundialmente conhecidos uma estética infante que “exportou” a criança brasileira para outros imaginários para além do brasileiro.

Por fim, às historiadoras *Marta Maria Chagas de Carvalho* e *Mirian Jorge Warde* foram solicitados dois estudos sobre a presença de determinados configuradores de imagens sobre a infância no âmbito da História da Educação.

*Marta Carvalho* foi chamada a discorrer a respeito dos discursos higienistas e disciplinadores que têm habitado o universo das idéias educacionais. Para dar conteúdo histórico às incursões que fez, a autora analisou as práticas discursivas e institucionais que, ao mesmo tempo, constituíam a criança em “presa” da intervenção higienista e a escola uma instituição organicamente disciplinar. Realizou isso

no texto Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas.

Já *Mirian Warde* contribuiu analisando a configuração especial que a Psicologia oferece à infância no “interior” das idéias pedagógicas. Diferentes psicologias têm representado e oferecido substância interpretativa diferenciada à Pedagogia.

Sendo a Psicologia um espaço disciplinar privilegiado ao “mapeamento” de imagens sobre a criança, e estando a Pedagogia em posição de recorrência constante àquelas configurações, a autora analisou o assunto a partir de um ângulo especial: História das idéias pedagógicas: um espaço ocupado pela Psicologia?

É necessário agradecer e enaltecer o profissionalismo e o rigor dos autores que atenderam ao convite do Núcleo de Estudos Avançados em História Social da Infância, elaborando textos originais para esta coletânea que abre a série História Social da Infância no Brasil.

À Cortez Editora, pela competência e disponibilidade, nosso melhor reconhecimento.

#### Referências bibliográficas

CLARK, Oscar. *O século da criança*. Rio de Janeiro, Gráfica Canton & Reile, 1940.

*CHILD Protection: Providing ongoing services*. Washington, U.S. Department of Health and Human Services, 1980.

*EDUCAÇÃO e Ciências Sociais*. Revista do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro, ano IV, v. 5, n. 11, ago. 1959.

SAMPAIO DÓRIA. *Recenseamento escolar apresentado por Sampaio Dória ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior*. São Paulo, 1921.

UNICEF. *A infância dos países em desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1964.

UNICEF. *Situação mundial da infância em 1995*. Brasília, UNICEF do Brasil, 1995.

## A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem

*Miriam L. Moreira Leite*

Neste final do século XX a infância tornou-se uma questão candente para o Estado e para as políticas não governamentais, para o planejamento econômico e sanitário, para legisladores, psicólogos, educadores e antropólogos, para a criminologia e para a comunicação de massa. Desde a nossa própria infância, quando se acreditava na inocência de diferentes graus da infância — relativos à vida e à camada econômica e social dos adultos circunstantes, que poderiam ser a família consanguínea ou não, ou a instituição de proteção ou repressão —, ela ganhou uma autonomia da família, substituindo-a parcial ou completamente pela faixa etária (a turma ou o bando), ao ser atraída da casa para a rua, por força da luta pela sobrevivência nas grandes cidades, do encontro com a marginalidade social e com a morte prematura por desnutrição ou pela violência.

Esta situação se estampa nas comunicações apresentadas na XX Reunião Brasileira de Antropologia (Salvador, Bahia, abril de 1996), onde, afora os trabalhos sobre família e educação formal, a maioria focalizou os “meninos de rua”, o trabalho infantil, a pobreza, a delinquência e a violência, a exclusão da cidadania e as políticas públicas. O último boletim do IBGE-UNICEF, *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil de 1989*, dá conta da mortalidade infantil e da saúde na década de 80 deste século, em termos quantitativos.

A ostensiva dramaticidade dos problemas da infância nos dias que correm projetou nessa fase da vida um interesse e uma preocupação